

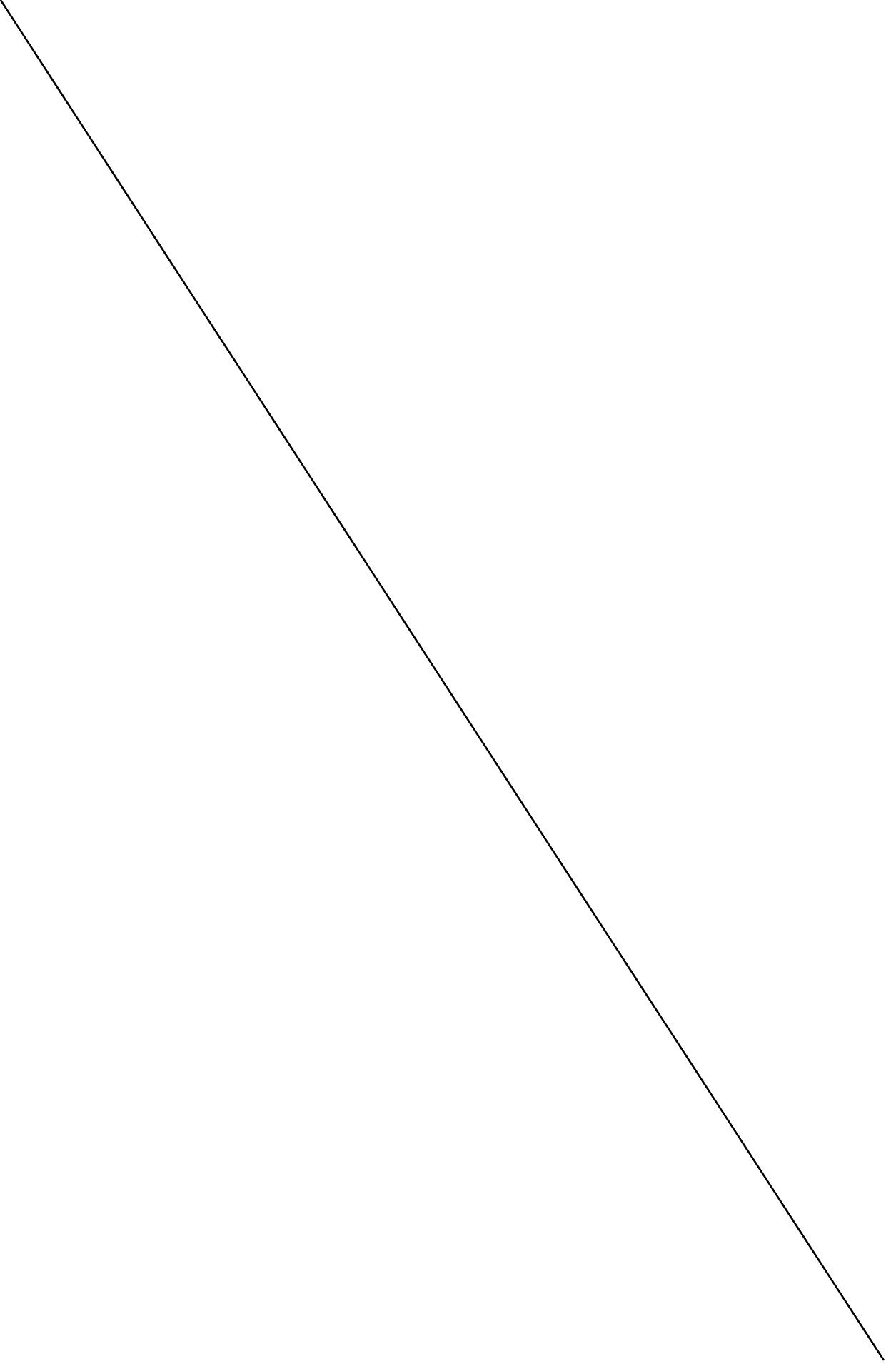


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019
EDITAL Nº 48/2018

CADERNO DE QUESTÕES
BACHARELADO EM DIREITO

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

1. Este caderno contém **60 (sessenta) questões** de múltipla escolha a serem respondidas em um tempo de duração de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
2. O candidato(a) tem 30 (trinta) minutos, a partir do início da prova, para manifestar-se sobre qualquer falha de impressão, ausência de questões etc. Decorrido este tempo o caderno de prova não será substituído.
3. O candidato(a) poderá utilizar somente canetas esferográficas transparentes (tinta azul ou preta).
4. Os candidatos somente poderão ausentar-se da sala durante a realização da prova escrita, mediante autorização e acompanhamento dos fiscais.
6. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
7. Será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração, ainda que o mesmo esteja no local indicado pelos fiscais.
8. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.



**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

1. Sobre o chamado neoconstitucionalismo, assinale a assertiva correta:

- A) No Brasil, o marco histórico do reconhecimento do neoconstitucionalismo iniciou-se com o advento da Constituição de 1891.
- B) O neoconstitucionalismo caracteriza-se pela prevalência do positivismo jurídico, com a clara separação entre direito e moral.
- C) Na Europa continental, o marco histórico do neoconstitucionalismo ocorreu após a Primeira Guerra Mundial.
- D) No neoconstitucionalismo, passou-se da supremacia da lei à supremacia da Constituição, com ênfase na força normativa do texto constitucional.
- E) O jusnaturalismo é identificado como marco filosófico do neoconstitucionalismo.

2. Em relação à teoria do Poder Constituinte, assinale a assertiva correta:

- A) O poder constituinte originário tem como características ser um poder permanente, condicionado e autônomo.
- B) As cláusulas pétreas são barreiras materiais impostas pela Constituição, consagrando restrições ao poder constituinte originário.
- C) O poder constituinte originário é responsável pelas alterações do texto constitucional, caracterizando-se por ser condicionado juridicamente.
- D) O poder constituinte derivado reformador consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais.
- E) O poder constituinte derivado conhece limitações constitucionais expressas e é passível de controle de constitucionalidade.

3. A respeito do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a assertiva correta:

- A) O controle de constitucionalidade no Brasil adota unicamente o modelo difuso, oriundo da decisão proferida em 1803 pela Suprema Corte Americana.
- B) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado pela via incidental ou indireta.
- C) No Brasil, o controle de constitucionalidade se efetiva apenas por atividade do judiciário, não sendo admitido o controle de constitucionalidade pelo Poder Legislativo.
- D) O sistema de controle de constitucionalidade, chamado austríaco, que foi criado por inspiração de Hans Kelsen, deu origem ao denominado controle concentrado.
- E) Os partidos políticos, independentemente de representação no Congresso Nacional, possuem legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que possuem representatividade nacional.

4. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada como:

- A) Dogmática e analítica.
- B) Eclética e sintética.
- C) Escrita e imutável.
- D) Cesarista e analítica.
- E) Histórica e ortodoxa.

5. A respeito da evolução constitucional brasileira, assinale a opção correta:

- A) Uma das características mais marcantes da Constituição de 1824 foi a institucionalização da teoria da tripartição dos poderes, separados em legislativo, judiciário e executivo.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018

- B) A Constituição de 1967 marcou o surgimento da ação direta de inconstitucionalidade.
- C) O presidencialismo sempre acompanhou a forma republicana de governo desde que esta foi implantada com a queda do Império.
- D) A Constituição de 1946 ficou muito conhecida por ter introduzido no ordenamento jurídico a figura da ação popular e do mandado de segurança.
- E) A Constituição de 1934 foi a primeira Constituição brasileira a prever em seu texto o direito de voto às mulheres.

6. Em relação à teoria dos direitos fundamentais, assinale a assertiva correta:

- A) O Supremo Tribunal Federal não admite a tese da aplicação horizontal dos direitos fundamentais.
- B) O chamado princípio da proibição de retrocesso social foi expressamente positivado no texto constitucional de 1988.
- C) A primeira geração ou dimensão dos direitos fundamentais está ligada às liberdades negativas clássicas, que enfatizam o princípio da liberdade.
- D) O princípio da solidariedade ou da fraternidade fundamenta os chamados direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão.
- E) Os direitos de terceira geração correspondem aos direitos civis, caracterizando-se como liberdades positivas que exigem prestação positiva por parte do Estado.

7. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição de 1988, e, ainda, considerando o entendimento jurisprudencial sobre a matéria, assinale a assertiva correta:

- A) A propriedade atenderá a sua função social de modo a não limitar o exercício do direito pelo proprietário.
- B) Segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Receita Federal não poderá receber dados bancários de contribuintes, fornecidos diretamente pelos bancos, sem prévia autorização judicial.
- C) A liberdade de expressão tem caráter absoluto, não se admitindo qualquer restrição.
- D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida a de caráter paramilitar.
- E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

8. Compete privativamente à União legislar sobre:

- A) Proteção à infância e à juventude.
- B) Sistemas de consórcios.
- C) Criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- D) Juntas comerciais.
- E) Procedimentos em matéria processual.

9. A intervenção federal nos Estados é medida excepcional, que somente pode ser decretada de acordo com as finalidades previstas na Constituição Federal, exigindo-se, em algumas hipóteses, prévio provimento do Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre as hipóteses constitucionais, assinale a alternativa que não dependerá desse prévio provimento do STF para decretação da intervenção pelo Presidente da República nos Estados-Membros ou no Distrito Federal:

- A) Para assegurar a observância da autonomia municipal.
- B) Em razão de violação de direitos da pessoa humana.
- C) Para assegurar a forma republicana.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018

- D) Para manter a integridade nacional.
- E) Para assegurar a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

10. Trata-se de competência privativa do Senado Federal:

- A) Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- C) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- D) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- E) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

11. A respeito do processo legislativo, assinale a opção correta:

- A) O Presidente da República pode vetar, por considerar inconstitucional, proposta de emenda à constituição aprovada pelo Congresso Nacional.
- B) Qualquer membro do Congresso Nacional pode propor projetos de leis ordinárias e também propostas de emenda constitucional.
- C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- D) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada pelo Congresso Nacional, considerando-se aprovada se obtiver maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- E) Conforme entendimento jurisprudencial consolidado, a sanção do projeto de lei pelo Presidente da República sana eventual vício referente à iniciativa da proposta legislativa.

12. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente:

- A) A extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- B) A homologação de sentenças estrangeiras.
- C) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Distrito Federal.
- D) Os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.
- E) O mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.

13. Durante a vigência do Estado de Defesa não é cabível a adoção da seguinte medida:

- A) Restrição ao direito de reunião.
- B) Busca e apreensão em domicílio.
- C) Restrição ao sigilo de comunicação telefônica.
- D) Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública.
- E) Restrição ao sigilo de correspondência.

14. Compete aos Estados-membros da federação a instituição de impostos sobre:

- A) Transmissão “causa mortis” e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- B) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

C) Propriedade territorial rural.

D) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

E) Propriedade predial e territorial urbana.

15. São princípios gerais da atividade econômica previstos expressamente na Constituição Federal de 1988, exceto:

A) Livre concorrência.

B) Defesa do consumidor.

C) A igualdade salarial.

D) Defesa do meio ambiente.

E) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

16. Assinale a alternativa correta:

A) Os direitos das pessoas naturais são assegurados pela lei desde o nascimento com vida.

B) Os indígenas são considerados pela lei como relativamente capazes.

C) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

D) Os pródigos são absolutamente incapazes.

E) São relativamente incapazes os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.

17. Assinale a alternativa INCORRETA.

A) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

B) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

C) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

D) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

E) Quando não houver risco de vida, o tratamento médico ou a intervenção cirúrgica poderão ser realizados compulsoriamente, independentemente da vontade do interessado.

18. Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a elaboração do estatuto social, precedido, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

B) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, mesmo quando exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

C) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos

D) Para criar uma sociedade, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

E) São exemplos de pessoas jurídicas de direito público interno as associações, as sociedades, as fundações e as organizações religiosas.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

19. Assinale a alternativa correta:

- A) São bens imóveis tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente ao solo.
- B) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- C) Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à cessão de crédito.
- D) As plantações e as construções são consideradas pela lei como benfeitorias.
- E) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, consideram-se pela lei como bens imóveis.

20. Assinale a alternativa correta:

- A) As condições ilícitas e juridicamente impossíveis são válidas, desde que suspensivas.
- B) Se for suspensiva a condição, enquanto esta não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- C) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- D) as condições incompreensíveis ou contraditórias não invalidam o negócio jurídico, mas são tão-somente consideradas como não escritas.
- E) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto. Por esse motivo, as *conditio iuris* não podem ser consideradas como verdadeiras condições.

21. Sobre o domicílio, assinale a alternativa correta:

- A) No direito brasileiro, é correto afirmar que domicílio e residência são expressões sinônimas.
- B) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu o local que for o centro principal de suas atividades.
- C) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- D) Considera-se domicílio do preso o local em que cumpre a sentença, sendo isso um exemplo de domicílio voluntário.
- E) Como regra geral, as pessoas jurídicas de direito público têm domicílio no local designado pelo estatuto ou ato constitutivo.

22. Assinale a alternativa correta:

- A) Erro, dolo e coação são considerados vícios sociais.
- B) O erro de cálculo, sendo considerado como erro substancial, torna anulável o negócio jurídico.
- C) O ordenamento jurídico não permite a anulação do negócio jurídico na hipótese de dolo de terceiro.
- D) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- E) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos. A este instituto dá-se o nome de lesão.

23. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É nulo o negócio jurídico simulado.
- B) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- C) É nulo o negócio jurídico praticado pelo maior de 16 anos e menor de 18.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

- D) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- E) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo

24. Sobre as obrigações de dar coisa certa, assinale a INCORRETA:

- A) Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes;
- B) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- C) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização
- D) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- E) Nas obrigações de restituir, se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá unicamente pelo equivalente, não podendo ser constrangido a indenizar perdas e danos.

25. Assinale a alternativa correta:

- A) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou. Privilegia-se o princípio do *favor debitoris*.
- B) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa; mas o devedor pode ser constrangido a pagar coisa diversa da devida, se menos valiosa.
- C) O princípio do *concursum parts fiunt* significa que, havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.
- D) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- E) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pelo pagamento unicamente de sua quota-parte.

26. Assinale a alternativa correta:

- A) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- B) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido, pois quem paga mal deve pagar duas vezes.
- C) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, pode o devedor pagar por partes, desde que a última prestação seja adimplida até o termo final do pagamento.
- D) O devedor que paga tem direito a quitação regular. No entanto, não poderá reter o pagamento sob o fundamento de ausência ou negativa de quitação por parte do credor.
- E) Salvo disposição em contrário, as dívidas são portáteis, isto é, devem ser adimplidas no domicílio do credor.

27. Assinale a alternativa correta:

- A) Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais, hipótese em que se dará o pagamento com sub-rogação.
- B) Na dação em pagamento, o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- C) A novação tem por característica principal o surgimento de uma nova obrigação, sem extinção da obrigação anterior.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018

D) Ainda que as dívidas não sejam líquidas e vencidas, ainda assim é viável a ocorrência da compensação legal.

E) A remissão da dívida extingue a obrigação, independentemente do consentimento do devedor.

28. Assinale a alternativa correta:

A) No Direito Civil brasileiro, não existem diferenças relevantes entre o inadimplemento absoluto e relativo.

B) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

C) Como regra geral, o devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, salvo estipulação em sentido contrário.

D) Mesmo que não haja fato ou omissão imputável ao devedor, incorre este em mora, uma vez que a mora é objetiva.

E) Na mora *ex personae*, advindo o termo final, o devedor automaticamente é constituído em mora, independentemente de interpelação.

29. Assinale a alternativa correta:

A) Dano emergente e lucros cessantes são expressões sinônimas e não se confundem com o chamado dano moral.

B) Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, poderá o credor exigir indenização suplementar, mesmo que isso não tenha sido convencionado.

C) O dano moral tem por missão compensar vilipêndio a direito patrimonial.

D) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.

E) Para a fixação do dano material, o valor da indenização não possui vinculação com o prejuízo patrimonial experimentado.

30. Assinale a alternativa correta:

A) Comodato é o empréstimo oneroso de coisa infungível.

B) No contrato de compra e venda, antes da tradição, os riscos com o perecimento da coisa correm por conta do comprador.

C) Na compra e venda, viável se mostra deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

D) É anulável o contrato de compra e venda de coisa futura.

E) o contrato de compra e venda não transfere a propriedade da coisa móvel, antes da tradição.

31. O novo CPC traz em seu bojo, de forma expressa, as chamadas “Normas Fundamentais do Processo Civil”. Qual das alternativas não se constitui em uma dessas normas?

A) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

B) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório, exceto se a parte for a Fazenda Pública.

D) É permitida a arbitragem;

E) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

32. Quanto aos limites da jurisdição nacional, compete à Autoridade Judiciária Brasileira processar e julgar, EXCETO:

- A) as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- B) as ações em que *no exterior tiver de ser cumprida a obrigação*.
- C) as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- D) as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- E) as ações em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional. denúncia à lide.

33. Sobre competência, analise as assertivas abaixo:

I - É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União.

II – O foro de domicílio do autor da herança ou o da situação dos bens imóveis, no Brasil, são os únicos competentes para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

III - A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

IV – Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

34. São deveres das partes e de seus procuradores no CPC, EXCETO:

- A) expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- B) formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- C) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- D) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
- E) declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

35. Quanto às incumbências do relator, considere as seguintes medidas:

I – Dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;

II - Apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III - Conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

IV - Determinar a intimação do Ministério Público, quando for o caso;

V - Exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens INCORRETOS:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

36. Assinale a opção em que não configura hipótese de cabimento do Recurso Ordinário:

- A) julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, dos mandados de segurança, dos habeas data e dos mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.
- B) julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça dos mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando concessória a decisão.
- C) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- D) julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, dos mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.
- E) julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, dos habeas data decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão;

37. Sobre Recurso Especial e Extraordinário, analise as seguintes assertivas:

- I - O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido
- II - Quando, por ocasião do processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas, o presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça receber requerimento de suspensão de processos em que se discuta questão federal constitucional ou infraconstitucional, poderá, considerando razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, estender a suspensão a todo o território nacional, até ulterior decisão do recurso extraordinário ou do recurso especial a ser interposto.
- III - O presidente ou vice presidente do tribunal recorrido negará seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que não esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral.
- IV - O presidente ou vice presidente do tribunal recorrido deverá sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo já decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens INCORRETOS:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

38. Sobre Reclamação, qual das assertivas abaixo NÃO configura hipótese de cabimento do referido instituto?

- A) preservar a competência do tribunal.
- B) garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- C) garantir a autoridade das decisões do tribunal.
- D) garantir a observância de enunciado de súmula e de decisão do Superior Tribunal de Justiça em sede de recursos repetitivos.
- E) garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

39. Sobre Ações Possessórias, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- B) No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação editalícia dos ocupantes que forem encontrados no local, sendo desnecessária a intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- C) É defeso ao autor cumular pedido possessório com o de condenação em perdas e danos.
- D) Na pendência de ação possessória é facultado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.
- E) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz designar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução, real ou fidejussória, sob pena de ser depositada a coisa litigiosa, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

40. Sobre Embargos de Terceiros, assinale a opção que NÃO especifica, nos termos do CPC, quem é considerado terceiro, para fins de ajuizamento dos embargos de terceiro:

- A) o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação, ressalvado o disposto no art. 843.
- B) o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução.
- C) quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.
- D) o alienante de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução
- E) o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

41. Sobre princípios das licitações, nos termos da Lei nº 8.666/93, analise as seguintes assertivas:

I - Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

III - É vedado aos agentes públicos, em qualquer hipótese, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

IV - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Assinale a quantidade de itens CORRETOS:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

42. Nos termos da Lei nº 8.666/93, são modalidades de licitação, EXCETO:

- A) concorrência.
- B) tomada de preços.
- C) convite.
- D) pregão.
- E) concurso.

43. É sabido que vige dentre os chamados princípios que regem os atos administrativos, a MOTIVAÇÃO. Nesse Cenário, analise as situações abaixo:

I - o indeferimento de pedido de licença para desempenho de atividade vedada pela legislação de regência;

II - a exoneração de pessoa investida em cargo *ad nutum*;

III - a anulação de ato administrativo ilegal.

IV - a revogação de ato administrativo inconveniente para a Administração.

V - a demissão de servidor em estágio probatório.

Assinale a opção em que se prescinde da MOTIVAÇÃO para sua prática:

- A) I
- B) II
- C) III
- D) IV
- E) V

44. Quanto à natureza do ato administrativo, na hipótese de nomeação do Ministro da Justiça, pelo Presidente da República, sem a chancela do Senado Federal, teremos um ato administrativo:

- A) válido.
- B) imperfeito.
- C) lícito mas imperfeito.
- D) inválido, embora existente.
- E) inexistente, embora legal.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

45. Sobre os prazos mínimos entre a publicação do Edital e o recebimento das propostas ou a realização do evento, assinale a opção INCORRETA:

- A) Concurso – 45 dias.
- B) Concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço" – 45 dias.
- C) Tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; – 30 dias.
- D) Convite – 5 dias.
- E) Concorrência, exceto quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço" – 30 dias.

46. A chamada norma penal em branco ao revés ou invertida diz respeito à norma penal incriminadora que necessita de complemento do:

- A) Preceito primário.
- B) Preceito secundário.
- C) Preceito terciário.
- D) Elemento normativo do tipo.
- E) Nenhuma das alternativas.

47. Em relação extraterritorialidade da lei penal é incorreto afirmar que:

- A) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- B) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- C) Ficam sujeitos à lei brasileiro, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.
- D) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- E) Nenhuma das alternativas.

48. O denominado crime de obstáculo é aquele que:

- A) Para consecução da sua finalidade, o agente deve transpor a execução de crime anterior.
- B) Para sua consumação há necessidade de produção efetiva de lesão ao bem jurídico tutelado.
- C) Ocorre a tipificação de atos preparatórios, que geralmente não são punidos.
- D) Ocorre a destruição ou rompimento de obstáculos, tal como no furto qualificado.
- E) Nenhuma das alternativas.

49. Em relação aos institutos inerentes à teoria do crime, a expressão “ponte de ouro” diz respeito à:

- A) Equivalência dos antecedentes causais.
- B) Causalidade adequada,
- C) Desistência voluntária.
- D) Arrependimento posterior.
- E) Nenhuma das alternativas.

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

50. Em relação ao erro de proibição indireto, é cabível afirmar que:

- A) O agente se equivoca no tocante aos elementos subjetivos do tipo.
- B) O agente se equivoca no tocante aos elementos normativos do tipo.
- C) O agente se equivoca no tocante ao conteúdo da norma proibitiva, ignorando a existência do tipo incriminador.
- D) O agente se equivoca no tocante à existência de norma permissiva, acreditando estar presente no evento fático.
- E) Nenhuma das alternativas

51. O intitulado *homicidium proditorium* diz respeito ao:

- A) Homicídio qualificado pela traição.
- B) Homicídio qualificado pela tortura.
- C) Homicídio qualificado pelo motivo fútil.
- D) Homicídio qualificado pelo motivo torpe.
- E) Nenhuma das alternativas.

52. Mévia encontra-se na maternidade Bárbara Heliadora, onde acabou de “dar à luz” a um filho. Na ocasião, sob a influência de estado puerperal, Mévia solicita à enfermeira Tícia que lhe ajude a matar seu próprio filho (filho da Mévia), o que vem a ser consumado por ambas asfixiando o recém-nascido. No caso, de acordo com a corrente doutrinária majoritária pode-se afirmar que:

- A) Mévia deverá ser responsabilizada por infanticídio e Tícia por homicídio.
- B) Ambas deverão ser responsabilizadas por infanticídio.
- C) Ambas deverão ser responsabilizadas por homicídio.
- D) Mévia ficará isenta de responsabilidade penal, ao passo que Tícia deverá ser responsabilizada por homicídio.
- E) Nenhuma das alternativas.

53. Caio é pessoa com deficiência mental grave. Ciente disso e das intenções de suicídio de Caio, Tício entrega a este uma arma de fogo carregada. Doravante, Caio utilizando o artefato dispara contra sua própria cabeça, vindo a óbito. No caso, pode-se afirmar que Tício deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- A) Homicídio.
- B) Participação em suicídio.
- C) Homicídio preterintencional.
- D) Lesão corporal.
- E) Nenhuma das alternativas.

54. De acordo com o entendimento haurido de precedente do Supremo Tribunal Federal, aquele que mantém relações sexuais com outra pessoa com o intuito de transmitir dolosamente a esta o vírus HIV e efetivamente a contágia, poderá ser responsabilizado pelo crime de:

- A) Tentativa de homicídio.
- B) Homicídio preterintencional.
- C) Lesão corporal gravíssima.
- D) Exposição à perigo da vida.
- E) Nenhuma das alternativas.

55. O crime de estupro terá a pena aumentada de 1/3 a 2/3 se:

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 48/2018**

- A) É cometido para controlar o comportamento moral ou sexual da vítima.
- B) Resulta gravidez.
- C) É cometido contra criança.
- D) É cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.
- E) Nenhuma das alternativas.

56. A ação penal nos crimes contra a liberdade sexual é, em regra:

- A) Pública incondicionada.
- B) Pública condicionada à representação.
- C) Privada.
- D) Privativa.
- E) Nenhuma das alternativas.

57. No caso de concurso material de crimes a prescrição da pretensão punitiva estatal deverá incidir sobre:

- A) O somatório das penas de todos os crimes.
- B) A pena abstratamente cominada para cada um, isoladamente.
- C) A pena aplicada em definitivo.
- D) O máximo do tempo prescricional previsto no Código Penal.
- E) Nenhuma das alternativas.

58. De acordo com a jurisprudência do Pretório Excelso, a competência para julgar o crime de redução a condição análoga à de escravo, tipificado no art. 149, do CP é da:

- A) Justiça Estadual.
- B) Justiça do Trabalho.
- C) Justiça Militar.
- D) Justiça Federal.
- E) Nenhuma das alternativas.

59. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a:

- A) 4 anos.
- B) 5 anos.
- C) 6 anos.
- D) 7 anos.
- E) Nenhuma das alternativas.

60. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar nos seguintes casos, exceto quando o agente for:

- A) Maior de 80 (setenta) anos.
- B) Extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- C) Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- D) Gestante.
- E) Nenhuma das alternativas.